

• Política

CONSTITUINTE

Recomeçam os trabalhos sem quórum e acordo entre os partidos

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

A Assembleia Nacional Constituinte reiniciou ontem seus trabalhos da mesma forma que os encerrou antes dos feriados de fim de ano: sem quórum para votar as propostas de alteração de seu regimento interno.

Iniciada às 16 horas, também ficou claro que não haverá acordo entre as esquerdas e o "Centrão". Assim, o PT e o PDT não devem retirar da pauta os destaques que apresentaram ao substitutivo da mesa e para derrubá-los o "Centrão" deverá levar seus membros ao plenário. As lideranças partidárias, contudo, acreditam que essas votações deverão estar concluídas até amanhã.

"O PT negocia, desde que haja com quem negociar", disse o deputado Plínio Arruda Sampaio (PT/SP), afirmando que a sua bancada estava toda presente ontem, enquanto o "Centrão" não tinha representantes em número suficiente em plenário. O líder do PFL e membro do "Centrão", deputado José Lourenço, foi categórico: "Não tem negociação, votamos amanhã (hoje) os destaques". Outro membro do grupo, deputado Daso Coimbra (PMDB/RJ), disse que a negociação é difícil e que hoje o "Centrão" já teria o número necessário para derrubar os destaques.

Porém, se depender do PT, ainda não será desta vez que se dará início à votação do projeto de Constituição — processo que só pode começar após a aprovação do regimento. Arruda Sampaio disse que a votação de cada destaque seu partido pedirá verificação de quórum. Essa medida protetória — já que é feita a chamada nominal por constituinte — é necessária, segundo o deputado, para dar um mínimo de garantias às minorias. Os

partidos de esquerda que rem que seja reduzido de 187 para 56 o número de assinaturas necessárias para a apreciação em separado de uma emenda ao projeto constitucional. Na prática, os pequenos partidos dificilmente conseguirão um número maior de assinaturas, correndo o risco de não terem aprovadas suas propostas.

O PDT, segundo o líder do partido, deputado Amaury Muller, aceita a redução para 112 assinaturas, mas o PT, segundo Arruda Sampaio, forçará um entendimento com o "Centrão".

O líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB/BA), não acredita na possibilidade de acordo. As mudanças do regimento deverão ser votadas entre hoje e amanhã, disse.

O senador Mário Covas (PMDB/SP), acha as mudanças desnecessárias. Por considerar o primeiro regimento bom tecnicamente, disse que o melhor seria a rápida aprovação das propostas, para que fosse possível começar o processo de votação da nova Carta, "que é o que a Nação espera".

Mesmo que essa questão preliminar seja decidida até amanhã, o projeto constitucional não começará a ser votado antes do dia 20 deste mês. De acordo com os prazos estabelecidos, depois de aprovado, o regimento terá prazo de um dia para ser publicado. Depois serão concedidos sete dias para apresentação de emendas ao projeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização, que terá mais um dia para publicação. A seguir, o relator, ainda não designado, terá cinco dias para dar seu parecer sobre as emendas, prorrogável por mais dois, novamente mais um dia para publicação. Finalmente, abre-se prazo para a apresentação de destaques.

RIO GRANDE DO SUL

Simon acha que paga um alto preço político

por Euclides Torres de Porto Alegre

"Paciência", foi a palavra escolhida pelo governador gaúcho Pedro Simon para definir a estratégia adotada por seu governo para enfrentar a caótica situação financeira do Rio Grande do Sul, envolvido por uma dívida que fecha o ano acima de CZ\$ 300 bilhões. Apesar disso, o governador considera equilibrada a administração das finanças estaduais, porque conseguiu renegociar a dívida pública, obtendo longos prazos e redução dos encargos financeiros.

Acusado por seus adversários como administrador que não decide, ou decide com demasiada lentidão, e apontado por seus companheiros como homem centralizador, Simon admite que está pagando um alto custo político ao imprimir uma diretiva saneadora nas contas públicas. "Durante um quarto de século nossos companheiros não conseguiram nada, nem mesmo uma bolsa de estudos. Eram carimbados para não ganhar nada do estado. Então, era natural que pleitassem agora. Ao negar para meus companheiros, sei que estou pagando alto preço na política interna", ponderou ele na quarta-feira.

Simon cita o censo do funcionalismo como uma realização importante de seu governo, comentando que o número de empregados no estado aumentou 82% nos últimos 20 anos, enquanto a população cresceu 25%. Disse que está muito preocupado com o quadro funcional, "pois dentro de três ou quatro anos, o estado vai ter mais aposentados do que funcionários na ativa".

Enfrentando greves desde o primeiro mês de seu governo, Pedro Simon encerra o ano também administrando paralisações como a dos fazendeiros, que durou duas semanas, e terminou na terça-feira. Praticamente todos os setores da administração pública estadual foram afetados por greves, mas a mais desgastante foi a paralisação dos professores, que durou 97 dias. Politicamente o caso mais grave foi a invasão da Assembleia Legislativa por políticos militares durante repressão a protestos de professores.

Ao encerrar o ano, o governo pensa em alterações na sua equipe e no encaminhamento de negociações com o magistério para evitar nova greve em março, acenando com a possibilidade de implantar um quadro de pessoal em cada uma das 3.200 escolas públicas do Rio Grande do Sul. Somente na região metropolitana sobram 14.881 professores concursados.

Sobre investimentos para 88, diz o governador: "Vou investir o que puder, o que a Assembleia Legislativa permitir". E observa que é vital para a economia gaúcha que o Legislativo aprove alterações propostas no fundo de operação empresa (Fundopem), iniciativa que, num primeiro momento, permitiria investimentos privados de CZ\$ 1,5 bilhão, inclusive uma fábrica de veículos. "Sem este projeto não posso competir com outros estados na atração de investimento", explicou o governador.

Triplicar a Aços Finos Piratini, dobrar a capacidade do Porto de Rio Grande, ampliar o pólo petroquímico, construir uma hidrelétrica de 125 mW, e implantar uma usina de aços planos com capacidade para 450 mil toneladas anuais são obras que o governo Simon pretende tocar em 88.

Para o próximo ano, o estado tem previsão orçamentária para investimentos públicos de CZ\$ 20 bilhões, sem aumentar o endividamento, e isso só será possível devido ao controle financeiro obtido com a rolagem da dívida. Este saneamento foi conseguido também através de cortes de despesas, combate à sonegação e cobrança da dívida ativa, segundo informações da Secretaria da Fazenda.

Carrion Júnior, deputado estadual e dos principais economistas do PMDB no estado, que tem mantido uma posição crítica em relação ao governo Simon, prevê uma arrecadação maior em 88, do que a de 87, em termos reais, como decorrência de modificações tributárias. O vice-líder do PDS, deputado Francisco Turra, comenta que "Simon atrai para si as decisões, mas não decide. Demora para decidir. Demora para encaminhar projetos. Demora para administrar".

ELEIÇÕES

Cresce no PMDB a tendência pelos quatro anos de mandato

por Andrew Greenlees de Brasília

A partir do dia 8 de maio — quando as convenções regionais do PMDB indicarão os delegados à convenção nacional — o partido estará em condições de escolher seu candidato à Presidência da República e deve fazê-lo ainda naquele mês, desde que o plenário da Constituinte confirme a eleição para este ano.

A posição foi defendida, ontem, pelo líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e membro do chamado grupo "histórico" do partido.

As declarações do senador vieram acopladas a uma crescente impressão entre os "históricos" de que o presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, passou definitivamente para o grupo dos que consideram inevitável a eleição presidencial neste ano, a exemplo do que fizera na semana passada o governador de São Paulo, Orestes Quercia, até então um dos principais defensores dos cinco anos.

A interrogação, no entanto, surge quando a discussão se volta para os "presidenciáveis" do PMDB. Ainda ecoa fortemente no partido a frase do ex-governador paulista, Franco Montoro, classificando Ulysses como "ruim de voto".

Dirigentes pemedebistas, como Fernando Henrique e Quercia, reconhecem que Ulysses é o "candidato natural" do partido, mas evitam estender previsões sobre o resultado das urnas.

O sentimento de que ganha força a eleição em 1988 traduz-se nos generalizados apelos por uma rápida conclusão dos trabalhos constitucionais. "É preciso

Santillo também faz crítica aos "históricos"

O governador de Goiás, Henrique Santillo, não participará da reunião dos históricos do PMDB, prevista para o próximo dia 9, em Brasília, quando se discutirá o rompimento com o governo do presidente José Sarney. Embora se considere um "pemedebista histórico", por estar no partido "desde o primeiro momento", Santillo acredita que reuniões desse tipo são como "igrejinhas", já que "as coisas estão se encaminhando para um pequeno grupo", disse ele, segundo informação da Agência Globo.

"Não concordo com isso e não vou a Brasília", ga-

Saulo Queiroz pede adiamento das prévias

O secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz, defendeu ontem o adiamento das prévias para escolha do candidato do partido à Presidência da República, até que a data das próximas eleições seja definida pela Constituinte. Saulo, que está elaborando a regulamentação das prévias, pretende expor seu projeto na próxima reunião da executiva do partido, provavelmente no início da semana que vem, segundo informou a Agência Globo.

"Não há como falar-se em prévias com seriedade sem eleição marcada", disse Saulo. A realização das prévias foi marcada, pela executiva nacional, para o dia 28 de fevereiro, quando

REFORMA TRIBUTÁRIA

Chiarelli busca apoio para rejeitar "pacote"

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, disse ontem, ao embarcar de Porto Alegre para Brasília, que está empenhado em conseguir o apoio de 245 deputados federais e 37 senadores para obter o quórum suficiente para rejeitar no Congresso Nacional o pacote fiscal do governo. O senador gaúcho classificou o pacote fiscal como "surpreendente e absurdo" e disse que o Congresso Nacional "não pode ser omissivo ou conivente com o que o governo está fazendo".

Chiarelli assinalou que "os oito decretos-leis que estão em vigência a partir desta segunda-feira são atos arbitrários do governo contra a Nação, e os constituintes não vão omitir-se. Este pacote fiscal será derubado", afirmou.

O senador do PFL insistiu também em que seu partido vai romper definiti-

Os riscos, segundo Álvaro Dias

por Eduardo Sganzerla de Curitiba

O governador Álvaro Dias, do Paraná, disse ontem, em Curitiba, que "ninguém ignora o clamor por eleições presidenciais" neste ano, mas o principal, para ele, é a elaboração da nova Constituição. Dias, que já se manifestou favorável ao mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, estina que, se até abril a Constituição for promulgada, "haverá tempo hábil" para a realização de eleições. "Hoje, mais do que nunca, a Constituição tem a responsabilidade pela realização de eleições neste ano", acrescentou o governador.

Embora tenha dito que a questão mais importante no plano político é a conclusão da nova Carta, Álvaro Dias afirmou que seu partido, o PMDB, deve estudar uma estratégia para escolher o candidato para as possíveis eleições presidenciais deste ano. Segundo ele, esta estratégia de



Álvaro Dias

basear-se no seguinte princípio: a participação ampla das bases partidárias. O governador entende que, caso isso não ocorra, "há risco muito grande de uma enxurrada de votos nulos e brancos". Pela primeira vez, em público, Dias admitiu que gostaria de ser candidato à Presidência

da República pelo seu partido. Afirmou, porém, que esta possibilidade é remota, porque o partido, como o Exército, exemplo que ele próprio usou, "tem uma hierarquia" e "outros nomes estão à frente". Lembrou, ainda, que a candidatura à Presidência é uma "convocação".

O governador paranaense reconheceu, também, que o PMDB terá dificuldades, como partido, para vencer eleições daqui para a frente. Ele entende, entretanto, que, apesar da situação de "desgaste" do PMDB "os nomes acabam prevalecendo". E justamente na faixa de nomes, acrescentou, é que o partido deve montar sua estratégia eleitoral.

A respeito da declaração do presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, de que o partido pode decidir pelas eleições neste ano, diante das manifestações das "ruas", Álvaro Dias afirmou que é "mais uma afirmação entre muitos", ressaltando: "é repetição".

dar definições ao País", dizia ontem Ulysses, que incluiu entre os pontos pendentes a questão eleitoral, tanto nos municípios quanto na disputa pelo Palácio do Planalto.

Nos últimos dias, chegou a circular entre os parlamentares a ideia de votar em primeiro lugar o mandato de Sarney e o sistema de governo para o País. Pelo cronograma atual, o debate parlamentarismo/presidencialismo ocorrerá somente quando o plenário chegar ao título III, enquanto a data da eleição presidencial será uma das últimas decisões: o tema

consta das disposições transitórias, o último dos nove títulos. A alteração no ordem de votação, no entanto, dependeria de uma delicada e improvável negociação entre os líderes partidários.

Apesar da satisfação com o fato de Ulysses dizer que "as ruas" desejam os quatro anos e a impressão de que o principal dirigente

REGISTRO

Emenda prevê reeleição e parlamentarismo já

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), deverá apresentar uma emenda ao projeto de Constituição fixando em quatro anos o mandato dos presidentes da República, que poderiam ser reeleitos pelo menos uma vez e propondo para o próximo ano a implantação do parlamentarismo. Segundo o senador, a proposta é extensiva ao presidente José Sarney, que poderia disputar novamente as eleições, e tem o aval dos potenciais candidatos do PMDB. Fernando Henrique assegurou, ainda, que o governador Orestes Quercia, de São Paulo, não será candidato se a eleição for realizada neste ano.

O senador busca viabilizar na Constituinte a eleição presidencial em 1988, criando condições igualitárias entre o mandato do presidente Sarney e os demais mandatos, fixados em cinco anos pela Comissão de Sistematização.

"O presidente José Sarney teria assim condições idênticas aos próximos presidentes. Acabariam as discriminações e ele poderia até mesmo tentar a reeleição", ponderou.

Argumentando que a "única maneira de recompor internamente o PMDB seria colocar nas ruas uma candidatura sólida", o líder do partido no Senado considerou naturais candidaturas como a do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, do líder do partido na Constituinte, senador Mário Covas, e do ex-governador de São Paulo, Franco Montoro. Assegurou que esses candidatos apoiariam a tese do mandato de quatro anos e se comprometeriam com a implantação do parlamentarismo em 1989.

SISTEMA DE GOVERNO

O presidente do PFL, senador Marco Maciel, está elaborando uma emenda presidencialista, em que insistirá na tese da "equipotência" dos poderes — termo por ele cunhado para designar o equilíbrio entre o Legislativo, Executivo e Judiciário. Maciel revelou, segundo a Agência Globo, que a emenda resume suas conversas com vários defensores do presidencialismo, entre eles o presidente do PDT, Leonel Brizola.

"Procurei pôr no papel aquilo que conversei com essas pessoas", disse.

A emenda, segundo Maciel, não deverá referir-se a prazos de implantação do sistema nem será apresentada por ele próprio, mas por algum constituinte afinado com a ideia.

A manutenção do regime presidencialista é defendida por parte da cúpula do PFL e, principalmente, pelo ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, que não vê chances de lançar-se candidato à Presidência da República com a introdução do parlamentarismo — sistema que exi-

pemedebista se afasta cada vez mais do governo Sarney, os "históricos" do partido enfrentaram ontem um revés: o próprio Ulysses anunciou que não comparecerá à reunião do grupo marcada para o próximo sábado. "Só vou a reuniões formais, como a convenção, o diretório e a executiva", justificou o presidente do PMDB.

PERNAMBUCO

Sob a alegação de que assumira compromissos inadiváveis em Pernambuco, o governador Miguel Arraes não atendeu ao convite do ministro do Interior, João Alves, para participar ao lado do presidente José Sarney, ontem em Sergipe, do lançamento do projeto de irrigação Padre Cícero. Ele passou todo o dia de ontem na residência oficial da praia de Porto de Galinhas, onde aproveitou para "zerar" uma série de compromissos burocráticos que se encontrava à espera de despacho governamental, segundo informou a Agência Globo.

MILITARES

O comandante militar do Nordeste, general Luiz Pires Ururahy Neto, passará hoje o comando ao general Hélio Pacheco, em solenidade que será presidida pelo ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves.

O ato solene será realizado às 10 horas no QG do comando militar, com a presença do governador Miguel Arraes e do prefeito da capital, Jarbas Vasconcelos, segundo a Agência Globo.

O general Ururahy está deixando o comando militar do Nordeste para assumir, no próximo dia 15, em Brasília, a subsecretaria de Economia e Finanças do Ministério do Exército. Ele aproveitou o final de ano para se despedir das autoridades civis do Estado de Pernambuco e logo que passar o comando ao seu substituto, viajará a Fortaleza para despedir-se dos oficiais da 10ª Região Militar.

O ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, desembarcou, ontem de manhã, na Base Aérea do Recife. Ele foi recebido pelo secretário-chefe da Casa Militar, coronel Eronides Menezes, que lhe deu as boas vindas em nome do governador Miguel Arraes.

GOIÂNIA

Os deputados estaduais goianos voltaram ontem a plenário, depois de um recesso parcial de 26 dias, para atender à convocação do governador Henrique Santillo no sentido de apreciar, em sessões extras, um pacote de onze mensagens enviadas pelo Poder Executivo. A mensagem considerada mais importante é a que cria o plano de cargos e salários para o funcionalismo público estadual, sendo que o projeto ainda está em elaboração, que só terminará na próxima quinta-feira.